

BOLETIM 792

Brasília, 20 de maio de 2019

Nota pública da Anamatra e da ANPT sobre redução das NRs de segurança e saúde no trabalho

Diversos jornais e portais de notícias de várias regiões do país destacaram a nota pública divulgada, na quarta (15/5), pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Na nota, as entidades expressam inconformidade com a possível redução de 90% das Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho vigentes no país, conforme declaração de Bolsonaro.

Entre os jornais e portais que veicularam notícias sobre a nota destacam-se: Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo, Valor Econômico, Correio Braziliense, O Popular (GO), UOL e Yahoo.

Na nota, as entidades destacam que constitui retrocesso inadmissível qualquer esforço de revogação dessas NRs, a bem da redução dos custos de produção. “Propor o enxugamento dos custos previdenciários – como o Governo tem proposto ao Congresso Nacional, a reboque da PEC n.6/2019 - e ao mesmo tempo sugerir relaxamento das normas de saúde e segurança do trabalho significa, ao cabo e fim, entoar um discurso essencialmente incoerente, potencialmente inconsequente e economicamente perigoso”, afirma trecho do documento.

Fonte: Anamatra



Para socorrer farra financeira, governo zera verbas de 11 ministérios

Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, os dados divulgados pelo IBGE, indicando que um em cada quatro desempregados está há dois anos procurando emprego, é um sintoma muito grave de um mercado de trabalho e de uma economia muito fracas.

Só entre as pessoas que buscam trabalho no período de um mês a um ano, o número de desempregados é de 6,1 milhões, enquanto as que buscam há mais de dois anos chega ainda há 3,3 milhões de pessoas, como revela a Pnad Contínua.

“Sem poder cortar as despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias, e com a “reforma” da Previdência tramitando lentamente, a guilhotina do governo para fechar a conta de pagamentos da farra financeira — o famigerado “ajuste fiscal” — teve de avançar sobre diversas políticas públicas. Estudo da Associação Contas Abertas feito a pedido do Estadão mostra que cerca de 140 ações orçamentárias em 11 ministérios estão com 100% de seus recursos bloqueados.

Fonte: Portal Vermelho



Comissão da reforma da Previdência debate BPC e aposentadoria rural

A comissão especial da reforma da Previdência realiza três audiências públicas nesta semana para debater diferentes pontos da Proposta de Emenda Constitucional 6/19.

Nesta terça-feira (21), a reunião irá debater o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial. Confirmaram presença Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub, assessor especial da Presidência da República; Luciana de Barros Jaccoud, pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas – (Unicamp).

Trabalhador rural - Na quarta-feira (22), a comissão realiza nova audiência, desta vez para debater a aposentadoria do trabalhador rural. Foram convidados o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia, Bruno Bianco Leal; a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Lúcia Wiheim Berwanger; o presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Marina Brito Battilani; e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Categorias diferenciadas - E na quinta-feira (23), a comissão especial volta a se reunir para debater a situação das categorias com critérios diferenciados de aposentadoria. Foram convidados para o debate a CONTEE, o secretário especial adjunto de Previdência do Ministério da Economia.

Fonte: Agência Câmara

Demissões em massa serão tema de audiência pública com empresários

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutirá em audiência pública com empresários a demissão em massa. O debate foi requerido pela senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) para instruir o projeto de lei que condiciona as demissões de grande número de trabalhadores a acordo ou convenção coletiva de trabalho (PLS 132/2018). Para ela, o empresário precisa ter liberdade para demitir. A autora da proposta, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), considera a demissão coletiva cruel para as famílias e para a economia local. A data e o nome dos convidados serão confirmados pela CAS.

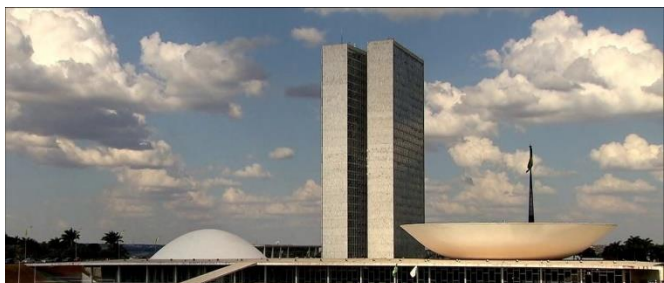
Fonte: Agência Senado

Comissão de senadores faz audiência pública

A comissão especial de senadores que acompanha a tramitação da reforma da Previdência (PEC 6/2019) na Câmara dos Deputados promove audiência pública interativa na quarta-feira (22). Serão ouvidos o assessor especial do Ministério da Defesa Eduardo Castanheira Garrido Alves e o consultor legislativo do Senado Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira.

Esta será a segunda audiência pública da comissão. Em abril, foram ouvidos representantes do Ministério da Economia. A comissão especial que acompanha a PEC 6/2019 tem nove senadores titulares e nove suplentes.

Fonte: Agência Senado



Maia anuncia agenda conjunta com o Senado para reestruturar o Estado

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse nesta sexta-feira (17) que irá trabalhar com os líderes partidários e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para apresentar nas próximas semanas uma agenda voltada para a reestruturação do Estado brasileiro e medidas de curto prazo para estimular o aquecimento da economia.

“Nós vamos deixar bem claro para a sociedade que a Câmara e o Senado terão uma agenda muito racional, muito objetiva de reestruturação do Estado brasileiro, e vamos fazer isso junto com o ministro Paulo Guedes”, afirmou Maia no 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), organizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), no Rio de Janeiro.

Na avaliação de Maia, a polarização política nas redes sociais tem levado a contestações da democracia em vários países, e o Congresso deve mostrar para a sociedade que tem uma agenda muito racional para o desenvolvimento do País.

“Nós não vamos ficar olhando para essas guerrilhas virtuais que existem em todos os campos políticos, é uma confusão enorme esse negócio de rede social. Se a gente ficar olhando rede social, a

gente não faz a [reforma da] Previdência, não melhoramos a educação, saúde”, disse.

Previdência - De acordo com Maia, não foram as dificuldades para aprovar a reforma da Previdência que levaram à redução das projeções do crescimento econômico.

Para a Maia, a reforma da Previdência segue o cronograma dos trabalhos da Casa e deverá ser aprovada até julho na Câmara dos Deputados. “A Previdência não era mais para ser um dilema, precisa ser a solução”, disse o presidente.

Rodrigo Maia defendeu também a reforma administrativa do Estado, para melhorar a eficiência dos gastos públicos.

Fonte: Agência Câmara

Paim: teto de gastos é política ‘suicida’

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou em Plenário, nesta sexta-feira (17), que a Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto de gastos ao governo por 20 anos, é uma política “suicida” de austeridade fiscal. A emenda foi aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016 e estabelece que as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando para o cálculo dos gastos a taxa medida nos últimos 12 meses, até junho do ano anterior.

O senador citou afirmações feitas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, avaliando que os limites impostos pela Emenda do Teto, em combinação com a crise econômica, podem levar o Brasil a um colapso social nos próximos anos.

Fonte: Agência SENADO



Aposentados têm direito a plano de saúde com as mesmas condições dos ativos

É direito do aposentado que optou pela manutenção do plano de saúde coletivo obter as mesmas condições e qualidades de assistência médica de quando estava na ativa. Com este entendimento, a 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região condenou uma fundação a manter o plano da reclamante e de seus dependentes nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, com valores para o grupo familiar equivalentes aos dos empregados da ativa.

O relator do processo, o desembargador Marcos César Amador Alves, explica no voto que a reclamante é beneficiária do plano de saúde coletivo empresarial fornecido pela ré, juntamente com seu marido e filhos, mas, ao optar pela manutenção do plano de saúde após rescisão contratual, como lhe facultava a legislação, foi surpreendida com um aumento substancial dos valores cobrados, que passaram de R\$ 579,20 para R\$ 1.629,61, sem qualquer clareza de informação quanto à apuração e determinação do valor.

Além disso, houve declaração, reduzida a termo pela empresa, de opção pelo plano de saúde vitalício no ato da dispensa, na qual consta expressamente que a "mensalidade do plano de inativos deverá observar a tabela de preços constante do contrato coletivo empresarial celebrado entre a fundação e a sua ex-empregada, sendo certo, ainda que estará sujeita aos reajustes previsto no referido contrato".

Apesar disso, segundo o desembargador-relator, "não houve comprovação pela empresa da paridade dos valores adimplidos pelos empregados

ativos da reclamada com os inativos, assim como a cota-partes do empregador quanto ao custeio do plano de saúde da autora, enquanto vigente contrato de trabalho".

Em agosto de 2017, a aposentada entrou com ação trabalhista no TRT-2 pleiteando seus direitos. Na época, o juízo de 1º grau julgou o pedido improcedente e condenou a autora ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$ 720,00. Essa decisão também foi reformada pelo julgamento do recurso.

Fonte: Consultor Jurídico

Proibição do trabalho insalubre para grávidas e lactantes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal se reúne na próxima quinta-feira (23), e pode aprovar projeto de lei que modifica um dos pontos mais polêmicos da reforma trabalhista de 2017: a flexibilização do trabalho de mulheres gestantes e lactantes em locais insalubres.

O PLS 254/2017, do senador Paulo Paim (PT-RS), restabelece a proibição do trabalho em atividades, operações ou locais insalubres para mulheres que estejam grávidas ou amamentando. Elas deverão exercer as suas atividades em local apropriado. A reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) permite o trabalho em condições de insalubridade moderada, mediante apresentação de atestado médico.

Na justificativa da matéria, Paim afirma que que admitir o trabalho da mulher gestante ou lactante em locais insalubres, viola o princípio constitucional da proteção do trabalho da mulher, além de colocar em risco a vida da mãe e do feto.

Caso seja aprovada, a proposta ainda passará por outras três comissões, sendo a última delas a Comissão de Assuntos Sociais, que dará a palavra final.

Fonte: Agência Senado



Janaina Paschoal contra ato de apoio a Bolsonaro

A deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP), conhecida por ter sido uma das autoras do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, publicou uma série de mensagens no Twitter na qual afirma ser contra as manifestações que estão sendo convocadas para apoiar o presidente Jair Bolsonaro no dia 26 de maio. Para ela, se as ruas estiverem vazias, Bolsonaro perceberá que terá de parar de "fazer drama" para trabalhar. A reportagem é do Jornal Estado de S.Paulo.

"Pelo amor de Deus, parem as convocações! Essas pessoas precisam de um choque de realidade. Não tem sentido quem está com o poder convocar manifestações! Raciocinem! Eu só peço o básico! Reflitam!", escreveu. "Àqueles que amam o Brasil, eu rogo: não se permitam usar! Não me calei diante dos crimes da esquerda, não me calarei diante da irresponsabilidade da direita", afirma também.

Janaina conta na rede social que tem recebido muitos pedidos para gravar vídeos e áudios colaborando com as convocações. Por isso, decidiu se posicionar no Twitter para explicar por que não vai ajudar. "O presidente foi eleito para governar nas regras democráticas, nos termos da Constituição Federal. Propositivamente, ele está confundindo discussões democráticas com toma-lá-dá-cá", escreve.

A parlamentar diz também que não tem cabimento deputados eleitos legitimamente (aliados de Bolsonaro) fugirem das dificuldades de convencer os colegas (pela aprovação de medidas no Congresso) e ficarem instigando o povo a gerar o caos.

Fonte: Brasil247

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS